

**FASP**  
**FACULDADE DE SANTANA DE PARNAÍBA**

**MARIA IZABEL PEREIRA MARTINS**

**COMO CONVIVER COM A INDISCIPLINA ESCOLAR  
INFANTIL**

**SANTANA DE PARNAÍBA - SP**

**2021**

**FASP**

**FACULDADE DE SANTANA DE PARNAÍBA**

**MARIA IZABEL PEREIRA MARTINS**

**COMO CONVIVER COM A INDISCIPLINA ESCOLAR INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Faculdade de Santana de  
Parnaíba para obtenção do Título de  
Pedagogia sob orientação do Professora  
Aline Cristina Mauricio

**SANTANA DE PARNAÍBA - SP**

**2021**

**SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>04</b>
<b>1 – CAPÍTULO I</b>	
<b>1. 1 - Breve relatos sobre a Educação Infantil.....</b>	<b>06</b>
<b>1. 2 - A educação básica e a educação infantil.....</b>	<b>10</b>
<b>1. 3 – Inclusão da Educação Infantil na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).....</b>	<b>13</b>
<b>1.4. Campo de Experiências - Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento.....</b>	<b>18</b>
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>2 – EXPLORANDO OS OBJETOS DE CONHECIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....</b>	<b>21</b>
<b>2.1. O estímulo no desenvolvimento da criança e a disciplina na educação infantil.....</b>	<b>23</b>
<b>2.2. Os paradigmas no conceito disciplina da Educação Infantil.....</b>	<b>26</b>
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>3 – COMO CONVIVER COM A INDISCIPLINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....</b>	<b>29</b>
<b>4 - CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL QUANTO A INDISCIPLINA DO ALUNO .....</b>	<b>35</b>
<b>5 - COMO CONVIVER COM A INDISCIPLINA ESCOLAR INFANTIL.....</b>	<b>37</b>

<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>41</b>

## **INTRODUÇÃO**

Ao perfazer este trabalho para conclusão do curso de Pedagogia sob a escolha do tema: “Como conviver com a indisciplina escolar infantil”, ao qual é um desafio grande para os professores conviver numa situação quer seja dentro ou fora da escola. Em que se deve conquistar e proporcionar momentos que sejam contagiantes e descontraídos para que haja a conquista e ser passível de para resolver esse problema.

Ao buscar compreender a convivência e a indisciplina escolar infantil com bases em práticas e eficazes que faz com que haja a exigência de muitas mudanças nas estruturas escolares, assim como na metodologia escolar.

O trabalho ao qual ocorre a desobediência escolar visa tentar trazer para a criança melhores adaptações, visa implantar novos ensinamentos e também garantir um ensino de qualidade e com uma nova visão para que sejam capazes de ter um processo de ensino-aprendizagem com qualidade e perceptivo.

Ao tratar deste assunto tão relevante ao qual a indisciplina é um fator que enseja tantos questionamentos sob a visão de forma negativa na prática pedagógica, tanto para os professores e aos que estão a volta. Assim fica uma reflexão como conviver com a indisciplina na educação infantil, como intervir diante de um assunto que demonstra as possíveis intervenções a se fazer.

Sob várias análises construtivas na educação este presente trabalho vai embasar em muitas obras de diversos autores, vale destacar que o questionamento vai abordar a indisciplina e como intervir neste assunto na área pedagógica.

Diante de vários fatores na área da educação por haver variantes de como agir numa situação em que é cabível uma possível assistência psicossocial e com outros pedagogos.

Há tanta relevância em saber lidar com essa situação da indisciplina nessa fase da criança na educação infantil, pois a indisciplina muitas vezes atrapalha o desenvolvimento e deixa comprometido todo processo de aprendizagem, e pode trazer algumas consequências adiante como no desenvolvimento cognitivo, afetivo, moral e psicológico.

Assim no decorrer do trabalho de acordo com o tema o qual estudos visam no tocante da indisciplina, comportamento na educação infantil, e analisar situações dentro do âmbito escolar e qual maneira que os professores podem lidar com o que vier a surgir.

A indisciplina pelos estudiosos da área da psicologia faz um breve resalto que as crianças podem apresentar a indisciplina ainda precoce, a partir da idade de 3 três anos de vida, pode-se notar a agitação da criança, irritabilidade, hiperatividade, o emocional diferenciado, às vezes apresenta a agressividade.

Assim sendo, em muitos casos a indisciplina traz grandes problemas para a criança, para o professor que tem que saber lidar com essa situação presente na sala de aula e quanto a turma. A indisciplina gera improdutividade, e portanto o objetivo é estudar maneiras que venha ser acessível para lidar com a criança que é indisciplinada mostrar como compreender o espaço escolar e saber respeitar o convívio social.

## **1 – CAPÍTULO I**

### **1.1 - Breve relatos sobre a Educação Infantil**

A educação no Brasil há muitos anos mostra grande crescimento de mudanças nos aspectos de aprendizagem e isso é devido ao crescimento populacional em adequar um estudo de qualidade para as crianças. Neste contexto houve mudanças aos quais as crianças estão menos tempo com seus pais e passam mais tempo ou em escolas, ou com outros familiares.

Essas mudanças trouxeram também a participação da família no mercado de trabalho, ao qual a mulher passou a dividir dentro de casa as responsabilidades juntamente com seu esposo para poder manter a melhor qualidade de vida.

Com esta situação as crianças permanecem mais tempo sem a base familiar em relação à educação, ao qual a escola passa ter em alguns momentos ter que relacionar no processo a educacional da criança.

Neste contexto com a demanda de crianças nas instituições de Educação Infantil há fatores que surgem como conflitos e a improdutividade em salas de aulas, devido o comportamento das crianças que ainda não desenvolveram certas habilidades para o convívio social.

Desta forma, muitas crianças apresentam comportamentos diferenciados em relação às outras, por ser agressiva, ou alguns casos apresentam até mesmo sinais de ansiedade, imperatividade, e irritabilidade. Assim, o professor por vezes cumpre um papel que por vezes tende a promover ações diárias para que alguns tipos de problemas sejam solucionados.

A demanda das crianças em escolas de Educação Infantil traz um cenário onde o professor se vê com grandes desafios, em que perde todo o processo que era para ser de aprendizado e aprendizagem depara em buscas de informações e materiais e até mesmo mecanismos que possam lidar com as situações quanto ao comportamentos conflitantes.

Ao lidar com essa situação cada dia mais os educadores, professores, coordenadores tentam verificar essa problematização nas escolas sobre a indisciplina, e fazem coletas de informações para que os mesmos levem até as crianças e que estes entendam sobre o espaço escolar como um lugar de existências de regras.

Em que estas regras devem ser respeitadas para o convívio social e que as crianças sintam-se seguras e acolhidas ao mesmo tempo. Atualmente a indisciplina na Educação Infantil é um dos grandes desafios para os que lecionam, para que esse método de aplicação de estabelecer regras não afetem como ponto negativo na vida escolar das crianças.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar ou tentar passar informação sobre como lidar com a indisciplina na sala de aula, com o foco de verificar om papel em que os professores podem estar interligados com a família destas crianças para que os mesmos possam exercer na vida dos alunos, serem corresponsáveis para a formação destes pequenos.

As pesquisas foram feitas e coletadas por estudos bibliográfico e páginas oficializadas e relacionadas na área da Educação Infantil, por meio de leituras, livros, artigos, onde as informações vão estar anexadas e com dados eletrônicos ao final do trabalho.

A indisciplina no contexto escolar tem sido intensamente vivenciada por alunos e professores, causando prejuízo no rendimento escolar dos alunos ao qual as crianças ficavam em creches que foram criadas no Brasil com tentativas de organização

E tiveram como objetivo das assistência para os filhos das mulheres que trabalhavam fora de casa. As creches no entanto que começaram no Brasil, era para o intuito de acolher as crianças abandonadas.

Demorou muito anos para que o Direito da Criança à Educação surgisse para garantir o necessário para as mesmas, mas foi o surgir da Carta Constitucional de 1988 q esse direito foi reconhecido.<sup>1</sup>

Em 1990 foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente. Conforme está no artigo 3º da Lei 8.069/90 devem ser assegurados à criança e ao adolescente os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, “[...] a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.”<sup>2</sup>

De acordo com o artigo 29º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e tem como objetivo “[...] o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.”<sup>3</sup>

No ano de 2017, foi aprovada a Base Nacional Comum Curricular, segundo a qual o cuidar é algo indissociável do processo educativo. [...] Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas.

Têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a

---

<sup>1</sup> **PASCHOAL, J. D.; MACHADO, M. C. G. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 9, n. 33, p. 78-95, 2012. DOI: 10.20396/rho.v9i33.8639555. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639555>. Acesso em: 22 nov. 2020.

<sup>2</sup> Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** 1990. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 22 out.2020.

<sup>3</sup> \_\_\_\_\_. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 22 out. 2020.

socialização, a autonomia e a comunicação.<sup>4</sup>

Diante dos direitos que a criança tem a Educação Infantil q está inserida num ambiente educativo e ao mesmo tempo com cuidados, em que na questão disciplinar existe regras que muitas vezes podem gerar conflitos.

De acordo com o dicionário elaborado por Ferreira<sup>5</sup> define o termo como um procedimento, ato ou dito contrário à disciplina, diante da explicação o autor explica a palavra disciplina como: (1) regime de ordem imposta ou mesmo consentida, (2) ordem que convém ao bom funcionamento de uma organização, (3) relações de subordinação do aluno ao mestre, (4) submissão a um regulamento...

Assim sendo, as determinações quanto a Educação visa numa concepção como no direito social à educação em relação à qualidade para todos, como garantia plena de cidadania. Ao qual o país houve um processo de redemocratização em que foi um marco muito importante da cultura, com toda essa reestrutura no avanço da educação criou-se uma estrutura federativa nacional.

Diante de uma concepção que pode ser perigosa e ao mesmo tempo nos serve de alerta para os seguimentos sociais por não ser integráveis, em que precisa de ajustes políticos sob o aspecto de discriminação positiva.

A crítica desenvolvida nos estudos de Martins<sup>6</sup> ao abordar as mudanças de rumo nas políticas sociais brasileiras se baseia, fundamentalmente, na percepção de que a proteção coletiva vem sendo cada vez mais substituída por teorias que defendem um “individualismo negativo” necessário ao atual contexto de desregulamentação do Estado Democrático.

Os desafios que se colocam hoje à educação municipal são de grande complexidade, ocasionados pelas mudanças nas funções do Estado Brasileiro, dado

---

<sup>4</sup> **BRASIL.** Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: **Educação é a base.** 2017.

Disponível:[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category\\_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192%3E](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192%3E). Acesso em: 22 out. 2020, pág. 32

<sup>5</sup> **FERREIRA,** a. B. H. **Dicionário Aurélio.** 7. Ed. Curitiba: positivo, 2008.

<sup>6</sup> **MARTINS,** Ângela Maria. **Autonomia na escola: a (ex) tensão do tema das políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 2002, s/pág.

seu caráter que vem sobrecarregar os governos locais, a partir de práticas descentralizadoras nas áreas das políticas sociais e, particularmente, da educação.

É necessário o cumprimento de metas quantitativas e qualitativas em oferecimento de vagas de educação infantil para a população, bem como consequente e tempestiva avaliação pelos governos e pela sociedade dos serviços prestados e dos serviços não oferecidos

Tal situação agrava-se quando sabe-se que a maior parte das vagas oferecidas ainda está longe de atender índices razoáveis de qualidade já estabelecidos pelo Ministério da Educação e que a fiscalização exercida pela sociedade neste quesito ainda se mostra incipiente. Sabe-se hoje que a não disponibilização de vagas para a educação infantil é fator preponderante para a perpetuação da miséria e da desigualdade social.

O aumento da criminalidade e a má formação profissional são eventos identificáveis que poderiam ser minimizados com o adequado incentivo à educação infantil, em que se aplicar regras e conteúdo para que as crianças saibam desde cedo que se deve respeitar e que há limites influencia para uma boa formação.

## **1. 2 - A educação básica e a educação infantil**

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica é o início de um processo educacional. E a creche e a pré escola por si é uma das primeiras etapas para desvinculação dos afetivos familiares, para que os mesmos possam se incorporar a uma nova socialização.

No decorrer dos anos a educação infantil vem consolidar com a vinculação de educar e cuidar, em que este cuidar visa algo indissociável do processo educativo. Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade.

E articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças,

diversificando e consolida as novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar, especialmente ao se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação.

Ao seguir essa direção, e para potencializar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças, a prática do diálogo e o compartilhamento de responsabilidades entre a instituição de Educação Infantil e a família são essenciais. Além disso, a instituição precisa conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza/diversidade cultural das famílias e da comunidade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB n. 5/2009)<sup>7</sup>, em seu Artigo 4º, definem a criança como:

[...] “Sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura”.

Ao longo do processo de construção dos novos sistemas públicos de educação, Duarte (1999, p. 7)<sup>8</sup> destaca a Emenda Constitucional n.14 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), como os principais textos legais que:

[...] reforçam o movimento de descentralização pedagógico administrativa na organização da educação básica, alternando a composição do atendimento entre os sistemas públicos municipais e estaduais. Mas vêm contribuindo também para ampliar mecanismos de seletividade de cruzamentos, decorrentes nas diferenças de capacidade de atendimento em relação à demanda existente para reforçar as ofertas de modalidades de ensino, que apresentam

---

<sup>7</sup> **BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica.** Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. **Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 18. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category\\_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 20 nov. 2020.

<sup>8</sup> **DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira. Limites à educação básica: expansão do atendimento e relação federativa.** In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 22. 1999, Caxambu, MG. Anais. Rio de Janeiro, pág.7.

menor custo de manutenção e desenvolvimento. Duarte (1999, p. 7).

Alguns caminhos estão abertos para o fortalecimento da escola pública brasileira, como a criação dos conselhos fiscais e de controle, que apontam para a abertura de novas vias de exercício da cidadania, da democracia e do controle do Estado, na medida em que ampliam os espaços.

A educação infantil é um direito social da criança. É a primeira formação e a que mais tem influência sobre o desenvolvimento do ser humano. A lei estabelece que para atuar em outras modalidades de ensino, o município deve atender plenamente o ensino fundamental e a educação infantil. É condição formal que determina a atuação do gestor. Ao administrador público municipal não é dada a opção de não acatar obrigação constitucional, nem conferida a discricionariedade de preterir o investimento em educação infantil para custear outros gastos que não sejam prioritários em detrimento desta.

No Brasil, segundo a Constituição Federal, a educação infantil, apesar de não ser obrigatória até os três anos de idade, constitui-se direito da criança e da família e objetiva proporcionar condições adequadas para o desenvolvimento do bem-estar infantil, não se restringindo, portanto, à guarda da criança enquanto os pais estão em atividades laborativas.

A educação infantil é ferramenta fomentadora do pleno desenvolvimento físico, motor, emocional, social, intelectual e da ampliação de experiências de seus assistidos. As crianças que vivenciam essa oportunidade, desde que oferecida em condições qualitativas satisfatórias, possuem mais chances de ingressar em condições evoluídas no processo de alfabetização.

Jaqueline Delgado Paschoal e Maria Cristina Gomes Machado<sup>9</sup> mencionam três importantes objetivos da educação infantil, citando Vital Didonet (2001)<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> **PASCHOAL**, Jaqueline Delgado e **MACHADO**, Maria Cristina Gomes. **A História da Educação Infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional**. Revista HISTEDBR Online. Campinas, SP. n.33, p.78-95. mar.2009. ISSN: 1676-2584.

<sup>10</sup> **DIDONET**, Vital. **Creche: a que veio, para onde vai**. 2001, apud **PASCHOAL**, Jaqueline Delgado; **MACHADO**, Maria Cristina Gomes. **A História da Educação Infantil no Brasil:**

A vertente social tal qual o escopo educativo passam a ser acompanhados do objetivo político, a saber: 1) Objetivo Social: associado à questão da mulher enquanto participante da vida social, econômica, cultural e política; 2) Objetivo Educativo: organizado para promover a construção de novos conhecimentos e habilidades da criança; 3) Objetivo Político: associado à formação da cidadania infantil, em que, por meio deste, a criança tem o direito de falar e de ouvir, de colaborar e de respeitar e ser respeitada pelos outros.

Ainda, que as crianças que recebem mais estímulos cognitivos até os quatro anos de vida acessam níveis posteriores do ensino obrigatório em melhores condições de aprendizado. Aloísio também defende a obrigatoriedade da frequência em creche para crianças oriundas de famílias em situação de risco social e econômico, sugerindo uma associação ao programa Bolsa Família do governo federal.

A Educação Infantil passa a ser parte integrante da Educação Básica, situando-se no mesmo patamar que o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. E a partir da modificação introduzida na LDB em 2006, que antecipou o acesso ao Ensino Fundamental para os 6 anos de idade, a Educação Infantil passa a atender a faixa etária de zero a 5 anos.

Entretanto, embora reconhecida como direito de todas as crianças e dever do Estado, a Educação Infantil passa a ser obrigatória para as crianças de 4 e 5 anos apenas com a Emenda Constitucional n. 59/2009<sup>11</sup>, que determina a obrigatoriedade da Educação Básica dos 4 aos 17 anos. Essa extensão da obrigatoriedade é incluída na LDB em 2013, consagrando plenamente a obrigatoriedade de matrícula de todas as crianças de 4 e 5 anos em instituições de Educação Infantil.

---

**avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional.** Revista HISTEDBR Online, Campinas, v. 9, n. 33, p. 78-95, mar. 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639555>. Acesso em: 24 nov. 2020

<sup>11</sup> **BRASIL.** Emenda constitucional n. 59, de 11 de novembro de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, 12 de novembro de 2009, Seção 1, p. 8. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm)>. Acesso em: 24 nov. 2020.

### **1. 3 – Inclusão da Educação Infantil na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**

Com a inclusão da Educação Infantil na Base Nacional Comum Curricular, mais um importante passo é dado nesse processo histórico de sua integração ao conjunto da Educação Básica. A Base não é um currículo e, sim um documento que define o conjunto de aprendizagens fundamentais, ao qual os alunos da Educação Básica devem desenvolver.

Pode-se dizer que a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, é neste momento que se inicia o processo educacional, em que a entrada para a creche ou quer seja para a pré escola é na maioria das vezes, é o primeiro desvinculo afetivos em relação as crianças dos seus familiares para que possam incorporar numa nova situação de socialização.

As diretrizes educacionais anteriores e com a nova BNCC vem para propor um conjunto que serve para orientações às equipes pedagógicas, por ser como eixo fundamental na estrutura as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2009, com este documentos, o que se dá no segmento é o interagir e brincar, como o foco no trabalho com as crianças.

A BNCC da Educação Básica associada não tão somente a Educação Básica, mas, também ao Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que foi homologada pelo ministro da Educação, assim as Competências Gerais da BNCC na Educação Infantil, não muda, os segmentos é o mesmo nada muda.

Com esse novo enfoque que surgiu com a Base visa trabalhar com foco nos eixos estruturais, aos direitos de aprendizagem da criança, com maior prática pedagógica e na rotina escolar.

Os eixos estruturais, interagir e brincar, são importantes para que a criança consolidar a sua aprendizagem, ao qual é a partir da brincadeira e da interação que ela desenvolve, nesta etapa, as estruturas, habilidades e competências que serão importantes ao longo de toda a vida, e cria-se uma novo caminho a seguir e novos aprendizados, e a socialização com os demais.

Nesse contexto, a BNCC afirma, de maneira explícita, o seu compromisso

com a educação integral<sup>12</sup>, em que reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, que rompe com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva.

Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto ao considerar como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades.

Apresenta-se a estrutura geral da BNCC para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), já com o detalhamento referente às etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, cujos documentos são ora apresentados. O detalhamento relativo ao Ensino Médio comporá essa estrutura posteriormente, quando da aprovação do documento referente a essa etapa<sup>13</sup>. Também se esclarece como as aprendizagens estão organizadas em cada uma dessas etapas e se explica a composição dos códigos alfanuméricos criados para identificar tais aprendizagens.

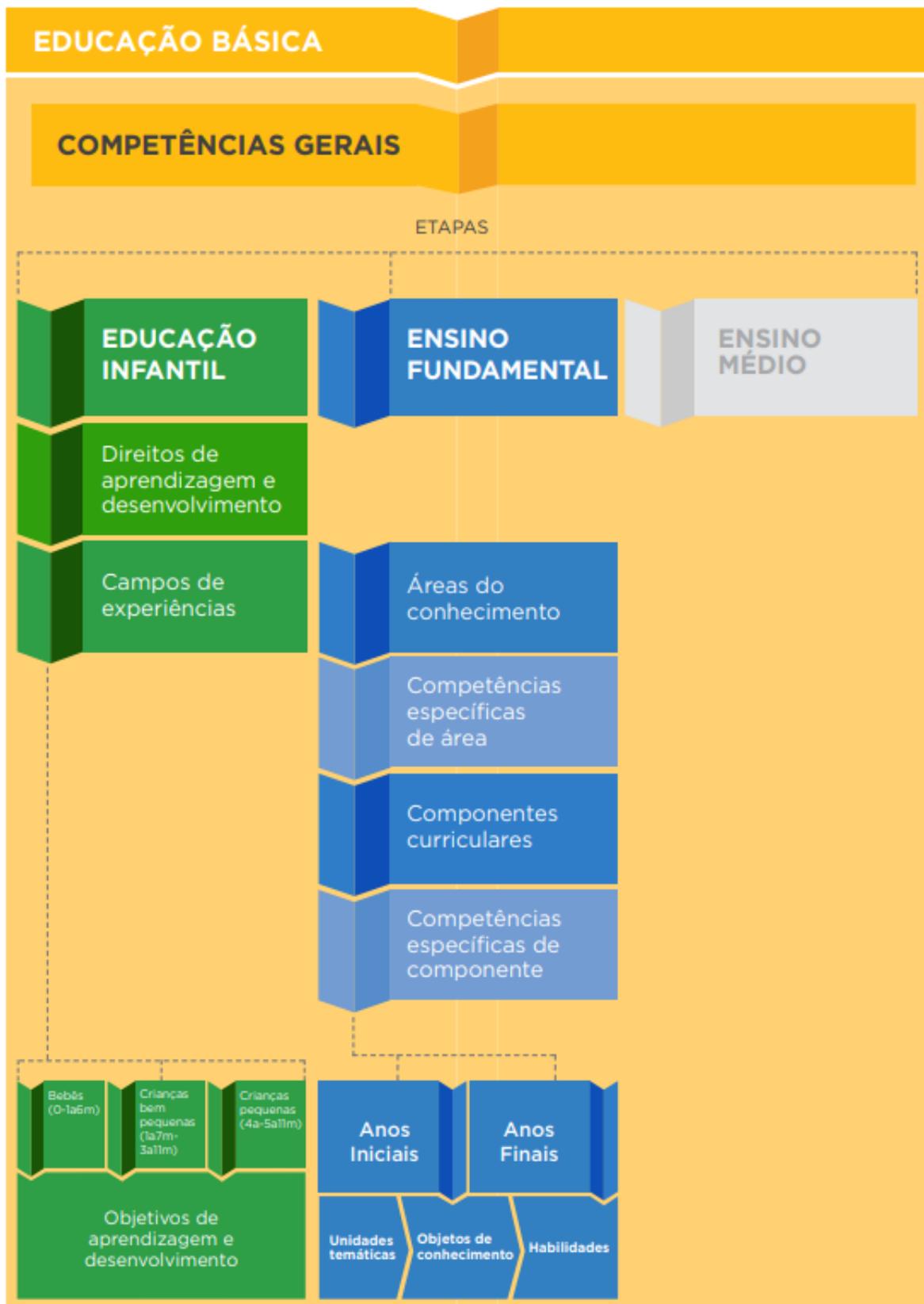
---

<sup>12</sup> Na história educacional brasileira, as primeiras referências à educação integral remontam à década de 1930, incorporadas ao movimento dos Pioneiros da Educação Nova e em outras correntes políticas da época, nem sempre com o mesmo entendimento sobre o seu significado.

<sup>13</sup> Durante o processo de elaboração da versão da BNCC encaminhada para apreciação do CNE em 6 de abril de 2017, a estrutura do Ensino Médio foi significativamente alterada por força da Medida Provisória n. 446, de 22 de setembro de 2016, posteriormente convertida na Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Em virtude da magnitude dessa mudança, e tendo em vista não adiar a discussão e a aprovação da BNCC para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental, o Ministério da Educação decidiu postergar a elaboração – e posterior envio ao CNE – do documento relativo ao Ensino Médio, que se assentará sobre os mesmos princípios legais e pedagógicos inscritos neste documento, respeitando-se as especificidades dessa etapa e de seu alunado.



Conteúdo em discussão no CNE. Texto em revisão.

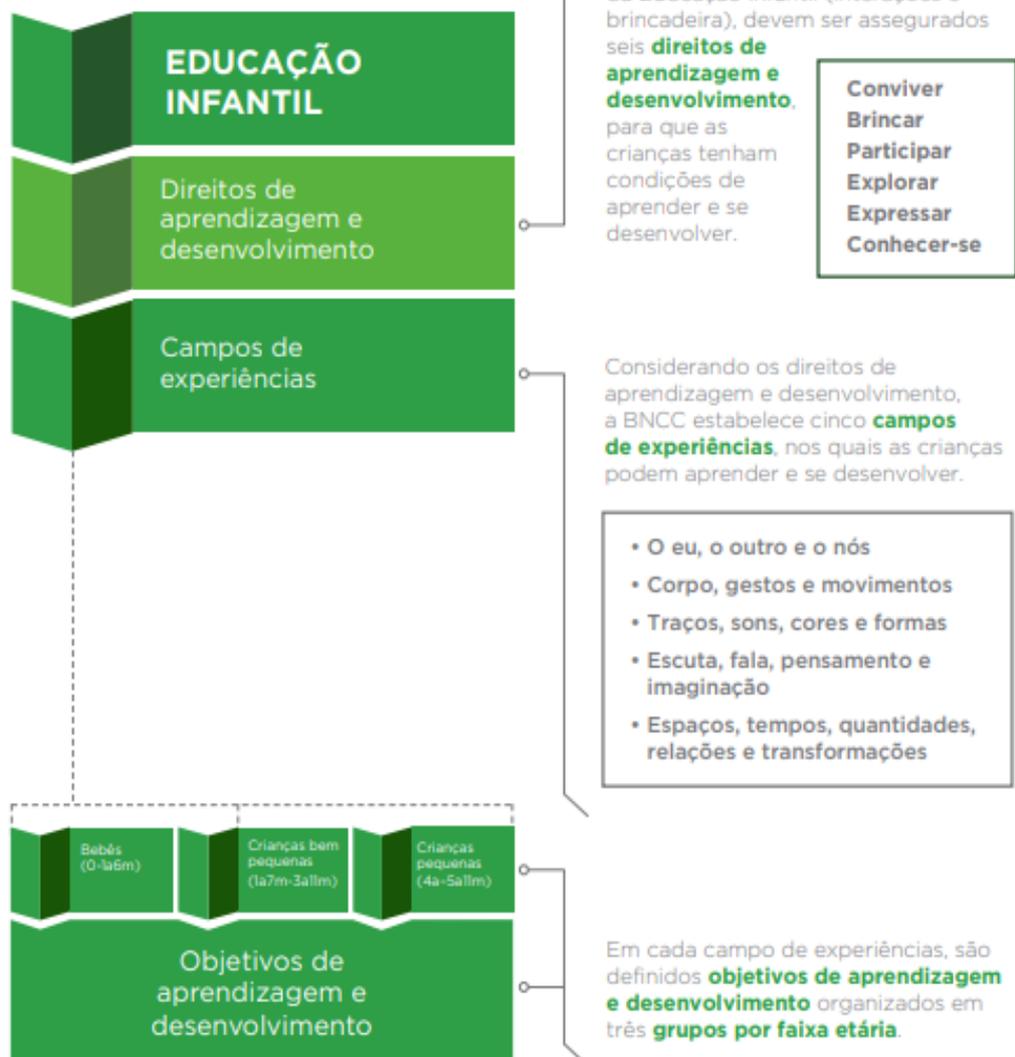


FONTE: PORTAL MEC, pág. 22, Ministério da Educação (Base Nacional comum) [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category\\_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192)

## EDUCAÇÃO BÁSICA

### COMPETÊNCIAS GERAIS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Ao longo da Educação Básica - na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio -, os alunos devem desenvolver as dez **competências gerais** que pretendem assegurar, como resultado do seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, uma formação humana integral que visa à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.



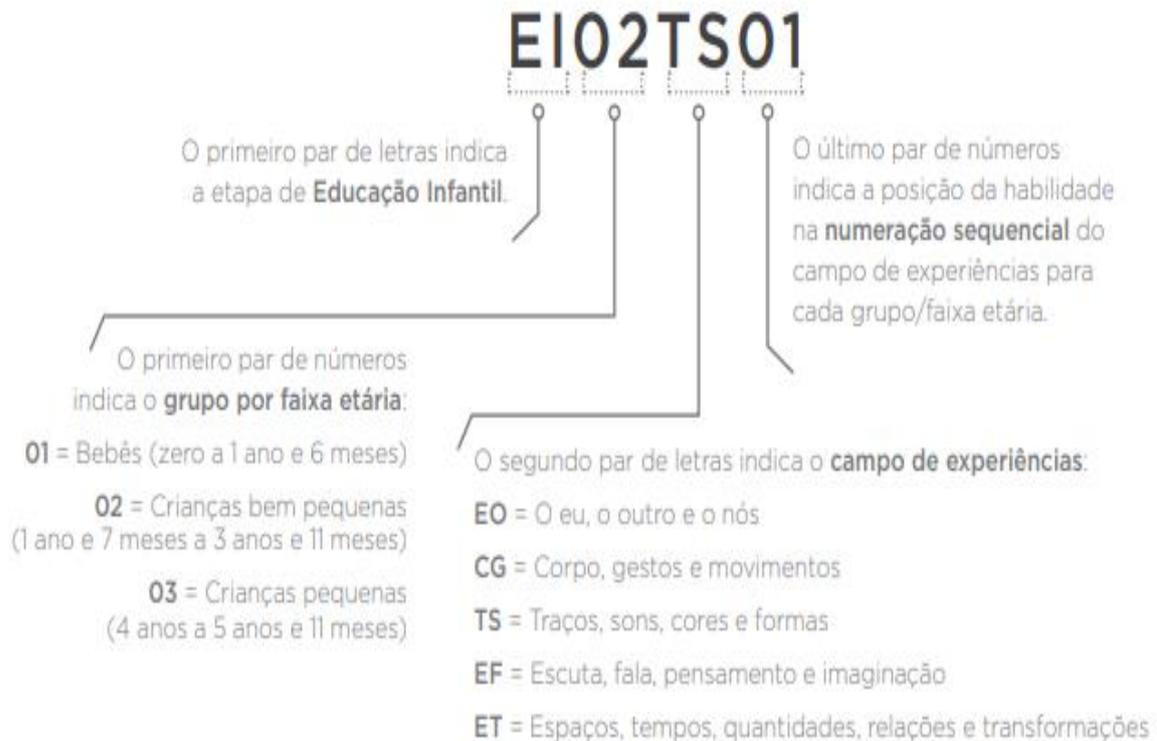
Conteúdo em discussão no CNE. Texto em revisão.

Portanto, na Educação Infantil, o quadro de cada campo de experiências se organiza em três colunas – relativas aos grupos por faixa etária –, nas quais estão detalhados os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Em cada linha da coluna, os objetivos definidos para os diferentes grupos referem-se a um mesmo aspecto do campo de experiências, conforme ilustrado a seguir.

#### 1.4. CAMPO DE EXPERIÊNCIAS - OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO		
Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)	Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses)
<b>(EI01TS01)</b> Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente.	<b>(EI02TS01)</b> Criar sons com materiais, objetos e instrumentos musicais, para acompanhar diversos ritmos de música.	<b>(EI03TS01)</b> Utilizar sons produzidos por materiais, objetos e instrumentos musicais durante brincadeiras de faz de conta, encenações, criações musicais, festas.

Como é possível observar no exemplo apresentado, cada objetivo de aprendizagem e desenvolvimento é identificado por um código alfanumérico cuja composição é explicada a seguir:



FONTE: PORTAL MEC, pág. 24, Ministério da Educação (Base Nacional comum).

Segundo esse critério, o código EI02TS01 refere-se ao primeiro objetivo de aprendizagem e desenvolvimento proposto no campo de experiências “Traços, sons, cores e formas” para as crianças bem pequenas (de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Cumpre destacar que a numeração sequencial dos códigos alfanuméricos não sugere ordem ou hierarquia entre os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.

Vale destacar que o uso de numeração sequencial para identificar as habilidades de cada ano ou bloco de anos não representa uma ordem ou hierarquia esperada das aprendizagens.

A progressão das aprendizagens, que se explicita na comparação entre os quadros relativos a cada ano (ou bloco de anos), pode tanto estar relacionada aos processos cognitivos em jogo, em que se expressa por verbos que indicam processos cada vez mais ativos ou exigentes, em relação do quanto os objetos de conhecimento, que podem apresentar crescente sofisticação ou complexidade.

Ou, ainda, aos modificadores que, por exemplo, podem fazer referência a contextos mais familiares aos alunos e, aos poucos, expandir-se para contextos

mais amplos. Também é preciso enfatizar que os critérios de organização das habilidades descritos na BNCC (com a explicitação dos objetos de conhecimento aos quais se relacionam e do agrupamento desses objetos em unidades temáticas) expressam um arranjo possível (dentre outros). Portanto, os agrupamentos propostos não devem ser tomados como modelo obrigatório para o desenho dos currículos.

A Educação Básica, a Educação Infantil é o início e o fundamento do processo educacional... é a entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada.

É importante mencionar que as escolas infantis no Brasil sofreram, no decorrer dos tempos, diferentes mudanças em suas funções, as quais passaram pelo assistencialismo, custódia e privação cultural até a função educativa. Os resultados da pesquisa apontam que, do ponto de vista histórico, houve um avanço significativo da legislação quando esta reconheceu a criança como cidadã, como sujeito de direitos, inclusive o direito à educação de qualidade desde o nascimento.

## **CAPÍTULO II**

### **2 – EXPLORANDO OS OBJETOS DE CONHECIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Com o conhecimento das habilidades das crianças o importante sempre é respeitar os limites de cada uma delas e também as idades, onde o conhecimento cognitivo de cada criança é diferente e acompanhar os métodos de ensino.

As quais habilidades expressam as aprendizagens essenciais que devem ser asseguradas aos alunos nos diferentes contextos escolares. Para tanto, elas são descritas de acordo com uma determinada estrutura.

A escola de Educação Básica é espaço coletivo de convívio, onde são privilegiadas trocas, acolhimento e aconchego para garantir o bem-estar de crianças, adolescentes, jovens e adultos, no relacionamento entre si e com as demais pessoas.

É um interesse em que se aprende a valorizar a riqueza das raízes culturais próprias das diferentes regiões do país que, juntas, formam a Nação. Onde se ressignifica e recria a cultura herdada, e reconstrói as identidades culturais, em que se aprende a valorizar as raízes próprias das diferentes regiões do país.

A função das instituições de Educação Infantil, a exemplo de todas as instituições nacionais e principalmente, como o primeiro espaço de educação coletiva fora do contexto familiar, ainda se inscreve no projeto de sociedade democrática desenhado na Constituição Federal de 1988 (art. 3º, inciso I), com responsabilidades no desempenho de um papel ativo na construção de uma sociedade livre, justa, solidária e sócio ambientalmente orientada.

Cumprir tal função significa, em primeiro lugar, que o Estado necessita assumir sua responsabilidade na educação coletiva das crianças, complementando a ação das famílias. Em segundo lugar, creches e pré-escolas constituem-se em estratégia de promoção de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres,

uma vez que permitem às mulheres sua realização para além do contexto doméstico.

Em terceiro lugar, cumprir função sociopolítica e pedagógica das creches e pré-escolas implica assumir a responsabilidade de torná-las espaços privilegiados de convivência, de construção de identidades coletivas e de ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas, por meio de práticas que atuam como recursos de promoção da equidade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância.

Na BNCC, o Ensino Fundamental está organizado em cinco áreas do conhecimento. Essas áreas, como bem aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/2010<sup>14</sup>, “favorecem a comunicação entre os conhecimentos e saberes dos diferentes componentes curriculares” (BRASIL, 2010).

Elas se intersectam na formação dos alunos, embora se preservem as especificidades e os saberes próprios construídos e sistematizados nos diversos componentes. Nos textos de apresentação, cada área do conhecimento explicita seu papel na formação integral dos alunos do Ensino Fundamental.

E destaca particularidades para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais e o Ensino Fundamental – Anos Finais, considerando tanto as características do alunado quanto as especificidades e demandas pedagógicas dessas fases da escolarização.

A cada novo avanço no crescimento e as transformações ao longo da vida as escolhas e faz criar vínculos e modificações nas características da maneira de vida. O mesmo ocorre na vida de um bebê e das crianças pequenas.

Nestes casos, porém, devemos antes de pensar em transformações, nos ater ao tempo de formação, ao tempo de tornar-se um indivíduo humano. Com eles tudo é novo, quase tudo é “a primeira vez que está acontecendo”, aos quais os alicerces da casa ainda está em construção e assim em formação.

---

<sup>14</sup> **BRASIL.** Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Parecer nº 11, de 7 de julho de 2010. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.** Diário Oficial da União, Brasília, 9 de dezembro de 2010, Seção 1, p. 28. Disponível em: Acesso em: 05/08/2021.

O cérebro e todo o sistema nervoso central se formam nesse início da vida, ou, melhor dizendo, desde a gestação. A neurociência, ciência interdisciplinar que estuda o desenvolvimento e o funcionamento desse sistema, afirma que existe uma relação direta entre as primeiras experiências e o desenvolvimento cerebral.

Para o Lole da Cunha (2001)<sup>15</sup>, pediatra e especialista em neonatologia, no texto *A revolução dos bebês*, aponta que “o desenvolvimento do cérebro depende de uma complexa interação entre os genes com os quais se nasce e as primeiras experiências que se tem. As primeiras experiências têm um impacto decisivo na arquitetura do cérebro e na natureza e qualidade da capacidade do adulto”.

## **2.1. O estímulo no desenvolvimento da criança e a disciplina na educação infantil**

Hoje em dia já não se discute a importância do desenvolvimento na primeira infância, especialmente entre os zero e os três anos de idade, pois sabe-se que é na infância que se lançam “as bases do desenvolvimento nos seus diversos aspectos físicos, motores, sociais, emocionais, cognitivos, linguísticos, comunicacionais, etc.” (PORTUGAL).<sup>16</sup>

Por esta razão, o trabalho dos educadores de infância torna-se essencial na promoção de um desenvolvimento equilibrado da criança<sup>17</sup>, permitindo-lhe o desencadear de todo o seu potencial enquanto ser humano. Assim sendo, faz sentido que os educadores de infância conheçam e estejam informados sobre as características do desenvolvimento da criança durante esta sua fase de vida.

---

<sup>15</sup> CUNHA, Lole da. “**A revolução dos bebês – aspectos de como as emoções esculpem o cérebro e geram os comportamentos no período pré e perinatal**”. Trabalho publicado na *Revista Psicanalítica da SPRJ*, vol. II n. 1 – 2001, p. 10. M. Teresa V. de Carvalho

<sup>16</sup> PORTUGAL, Gabriela. **Desenvolvimento e aprendizagem na infância**. In: CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (org.). **Relatório do estudo – A educação das crianças dos 0 aos 12 anos**. Lisboa: Ministério da Educação, 2009, pág. 07.

<sup>17</sup> Educadores de Infância, em Portugal, são profissionais de educação habilitados a trabalhar com as crianças dos 4 meses até à sua idade de ingresso no 1.º Ciclo do Ensino Básico (por volta dos 6 anos de idade).

Portugal (2009)<sup>18</sup> defende que o período da infância e as primeiras experiências de vida do ser humano enquanto criança determinam aquilo que o ser humano será enquanto adulto, pois é nesse período que o sujeito aprende sobre si, sobre os outros e sobre o mundo. Neste sentido, o conhecimento da criança nesta etapa da sua vida torna-se essencial para os profissionais de educação que com ela desenvolvem uma ação educativa.

Pode-se pensar no momento em que a criança começa a usar a linguagem oral para se expressar, é novo este conhecimento cognitivo, em que surge as novas possibilidades e a permissão de interação no mundo, e assim associar-se com os outros. Este desenvolvimento social, faz com que se tenha o papel de assumir uma perspectiva não só no social mas, sim como desenvolvimento humano, para permitir e observar a condição humana, sem perder as características nos domínios do desenvolvimento físico-motor, cognitivo e psicossocial, Papalia (2001).<sup>19</sup>

A criança tem um comportamento e a capacidade de acordo com a sua idade expressão corporal e de postura, na maioria das crianças tem fácil a compreensão de sinais que seus professores emitem, assim logo repete os gestos. Desde o nascimento já tem a noção dos ruídos, detecta os sons lentamente, e tenta buscar em que direção o som ou o ruído fora produzido.

Além disso, “é capaz de discriminar características rítmicas e melódicas em diferentes tipos de sequências sonoras, revelando alterações nas suas respostas” (MATTA, 2001).<sup>20</sup>

Onde se deve ter a importância em estimular no desenvolvimento da criança, parte do princípio dos estudos voltados à profissão de ser educadora, em que este instiga a curiosidade, uma vez que são notórias as diferenças existentes em relação ao desenvolvimento de uma criança para outra. Para que seja feita pela acessibilidade às informações, e aos pais com melhores instruções. Em virtude

---

<sup>18</sup> \_\_\_\_\_. **PORTUGAL**, Gabriela. **Desenvolvimento e aprendizagem na infância**. In: CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (org.). **Relatório do estudo – A educação das crianças dos 0 aos 12 anos**. Lisboa: Ministério da Educação, 2009, pág. 07.

<sup>19</sup> **PAPALIA**; Diana; OLDS, Sally Wendkos; FELDMAN, Ruth Duskin. **O mundo da criança**. 8.ª edição. Lisboa: McGraw-Hill, 2001, s/pág.

<sup>20</sup> **MATTA**, Isabel. **Psicologia do desenvolvimento e aprendizagem**. Lisboa: Universidade Aberta, 2001, pág 125.

dessa percepção, é que foram aprofundados os estudos acerca da influência dos estímulos familiares e escolares no desenvolvimento integral da criança, na educação infantil e na disciplina.

Conforme relata TAVARES,<sup>21</sup> nos primeiros três anos de vida a criança desenvolve capacidades cognitivas devido ao interesse que manifesta pelo mundo que a rodeia e à sua necessidade de comunicação. Por volta dos quatro meses a criança já é capaz de se concentrar no que vê, toca e ouve, sem perder o controle. Conforme Brazelton<sup>22</sup> (2006), “alguns bebês sorriem e balbuciam naturalmente, absorvendo os sons e imagens, dormindo regularmente e comendo sem problemas”.

Com a aproximação da idade de 3 anos a criança aos poucos se torna mais obediente, consegue se manter mais arrumada, e já começa a ser mais amável, já tem outra perspectiva em reconhecer pessoas próximas através do álbum de fotografias, também já surge a demonstração de sentimentos de afeto, compaixão e até mesmo os sentimentos de culpa ao fazer algo ou mesmo quando chamada a atenção por algo que fez e não estava correto.

Tudo isto desperta o desejo da criança por novas formas de interação com os objetos e com as pessoas que fazem parte da sua vida. Uma conquista situada no domínio do desenvolvimento físico-motor, como foi o caso apresentado, permite à criança outras possibilidades de aprendizagem e de, conseqüentemente, outros processos de desenvolvimento nos restantes domínios.

Para se caminhar neste sentido é necessário que os profissionais de educação possuam conhecimentos específicos e que planifiquem sustentando-se “no conhecimento do desenvolvimento nos primeiros anos de vida e das finalidades educativas de todo o trabalho em creche” (PORTUGAL, 2012)<sup>23</sup>.

---

<sup>21</sup> TAVARES, José et al. **Manual de psicologia do desenvolvimento e aprendizagem**. Porto: Porto Editora, 2007, s/pág.

<sup>22</sup> BRAZELTON, T. Berry. **O Grande Livro da Criança – o desenvolvimento emocional e do comportamento durante os primeiros anos**. (9ª Edição). Lisboa: Editorial Presença, 2006, pág. 157.

<sup>23</sup> PORTUGAL, Gabriela. **Finalidades e práticas educativas em creche: das relações, actividades e organização dos espaços ao currículo na creche**. Porto: Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, 2012, pág.13.

Este conhecimento da criança, daquilo que ela é, permite ao educador de infância uma maior segurança nas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento que é capaz de proporcionar às crianças. Isto significa, que um educador de infância deverá conhecer de forma aprofundada o que acontece com as crianças nos diferentes domínios de desenvolvimento para assim poder garantir que as oportunidades de aprendizagem proporcionadas facilitam o desenvolvimento holístico. Muito facilmente se poderá cair na tentação de valorizar determinados domínios em detrimento de outros.

Os mesmos autores, também chamam à atenção para a necessidade de se respeitar o processo natural de desenvolvimento em cada faixa etária. Não tem sentido apressar a criança a atingir outros níveis de desenvolvimento, cada criança tem o seu ritmo próprio ao qual o educador deverá ser responsivo.

Esta expansividade prende-se com o encorajamento que o educador oferece à criança, dando-lhe espaço para que ela faça as coisas que lhe interessam e lhe dizem respeito. A consciência desta responsabilidade deverá estar presente, e, a reflexão e intervenção dos educadores de infância deverá ser ajustada ao que é ser criança.

## **2.2. Os paradigmas no conceito disciplina da Educação Infantil**

As novas oportunidades foram dadas aos profissionais da educação em relação à educação infantil, pois abriu-se um enorme campo para pesquisa, discussão e mudanças de paradigmas em relação às práticas pedagógicas, sobretudo na formação desses profissionais.

Uma grande mudança educacional aconteceu no Brasil a partir do momento em que a Educação Infantil passou a ser vista como início da Educação Básica, possibilitando a todas as crianças a partir de 0 ano ter acesso aos centros de educação infantil e a uma educação de qualidade.

Nos fundamentos legais, conforme citado anteriormente, a Constituição

Federal de 1988<sup>24</sup>, em seu artigo 208, inciso IV, determina que o dever do Estado para com a educação da criança de 0 a 6 anos será efetivado mediante a garantia de atendimento em creches e pré-escolas, apontando o caráter educacional desses estabelecimentos.

Até então, o acesso das crianças nessa faixa etária – 0 a 6 anos – a educação infantil era pouco estimulado, pois considerava-se a ideia de uma educação assistencialista, ou seja, as crianças mais carentes, com maior vulnerabilidade social tinham prioridade para frequentar os centros de educação infantil.

Para Luckesi (2001)<sup>25</sup>, a função da Didática é a de criar condições para que o educador se prepare através de técnicas científicas, filosóficas e efetivamente para o tipo de ação que vai exercer. Podemos dessa forma observar que o conceito vem sendo reformulado ao longo dos anos, dependendo da ótica em que ela é observada e contextualizada.

A didática também pode ser observada como uma disciplina que compõe a grade curricular da formação de professores nos cursos de pedagogia, onde é constituída de conhecimentos teóricos e faz a mediação entre o conhecimento científico e o trabalho docente em sala de aula.

Dessa forma, o modo de atuar educacionalmente, requer adequação a realidade dos alunos, o que cobra do professor uma postura dinâmica frente ao processo educacional. Essa postura também reflete a posição da didática frente a formação profissional, neste sentido Pimenta (2013)<sup>26</sup> enfatiza que:

[...] didática é, acima de tudo, a construção de conhecimentos que possibilitem a mediação entre o que é preciso ensinar e o que é necessário aprender; entre o saber estruturado nas disciplinas e o

---

<sup>24</sup> **BRASIL**. Constituição da República Federativa do Brasil. Lei Federal de 05/10/1988. Brasília: Senado Federal, 2000.

<sup>25</sup> **LUCKESI**, Cipriano Carlos. **O papel da didática na formação do educador**. São Paulo: Cortez, 2001.

<sup>26</sup> **PIMENTA**, SELMA GARRIDO *et al.* **A construção da didática no GT Didática–análise de seus referenciais**. *Revista Brasileira de Educação*, v. 18, n. 52, pág 150, 2013.

saber ensinável mediante as circunstâncias e os momentos; entre as atuais formas de relação com o saber e as novas formas de reconstruí-las.

Segundo Álvaro Melo Filho (2010)<sup>27</sup> que:

O Direito Educacional está relacionado a sociedade em que estamos inseridos. "pode ser entendido como um conjunto de técnicas, regras e instrumentos jurídicos sistematizados que objetivam disciplinar o comportamento humano relacionado à educação" É de grande relevância o Direito Educacional como sendo uma disciplina autônoma, mesmo este sendo muito recente, é resultado natural da evolução da educação na época contemporânea e do desenvolvimento das ciências jurídicas

Ao longo dos anos pode-se observar que a concepção de avaliação presente no âmbito escolar, e está vinculada a classificação, seleção e punição se tornando uma forma de legitimar o poder e autoridade dos professores. A punição está atrelada a avaliação e também a disciplina dos alunos.

Assim, a avaliação na Educação Infantil não é utilizada como ferramenta de retenção das crianças, mas ela é usada para observar firmemente de maneira crítica o seu envolvimento e desenvolvimento nas atividades solicitadas pelo educador no que diz respeito às brincadeiras e as interações ocorridas no diariamente, em seu processo de ensino e aprendizagem. O olhar do professor sempre deve estar atento e voltado para o progresso da criança.

A avaliação na Educação Infantil é um processo de aperfeiçoamento do desenvolvimento, que é atrelado à observação atenta e frequente, que possibilita ao Educador condições de melhores registros.

Ao qual o educador deve-se estar atento ao comportamento das crianças, e as intervenções pedagógicas não deve ser tão somente aplicadas para os alunos com dificuldades, ou com baixo déficit de aprendizado, por um problema emocional ou por ser uma criança imperativa. Incentivar os alunos com aptidão e dedicação,

---

<sup>27</sup> **FILHO**, Melo Álvaro. **Direito Educacional: aspectos teóricos e práticos**. *In mensagem*. Fortaleza, nº 8 (nº especial sobre Direito Educacional), pág. 12.

através de elogios, mostrar para os alunos que são capazes de contribuir em sala de aula. Pois, o cooperativismo de todos em sala de aula pode melhorar o comportamento do aluno com baixo índice de aprendizado, ou mesmo aqueles alunos com imperatividade e aos que possuem indisciplina na educação infantil.

### **CAPÍTULO III**

#### **3 – COMO CONVIVER COM A INDISCIPLINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Desde os tempos remotos a educação da criança vem do âmbito familiar, em que é exclusiva a responsabilidade dos pais em educá-los. Para que haja o convívio com os adultos e outras crianças que ela participava das tradições e aprendia as normas e regras da sua cultura.

O ambiente de socialização, em que convive a criança com as diversidades, e avanços e retrocessos sob a visão da educação, traz parâmetros de desafios e de organizações nos trabalhos pedagógicos das escolas. Para tratar a criança com respeito e ao direito educação desde de muito pequeno e acompanhada pelas leis e ao cotidiano das escolas, em que é fundamental à participação da família.

Houve um tempo em que as instituições públicas atendiam às crianças das camadas mais populares, as propostas das particulares, de cunho pedagógico, e funcionavam em meio turno, dando ênfase à socialização e à preparação para o ensino regular. Nota-se que as crianças das diferentes classes sociais eram submetidas a contextos de desenvolvimento diferentes, já que, enquanto as crianças das classes menos favorecidas eram atendidas com propostas de trabalho que partiam de uma ideia de carência e deficiência, as crianças das classes sociais mais abastadas recebiam uma educação que privilegiava a criatividade e a sociabilidade infantil (KRAMER, 1995)<sup>28</sup>

Kramer<sup>29</sup> ao discutir esse assunto, ressalta que o discurso do poder público, em defesa do atendimento das crianças das classes menos favorecidas, parte de

---

<sup>28</sup> **KRAMER, Sonia. A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995

<sup>29</sup> \_\_\_\_\_. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995, pág. 24.

determinada concepção de infância, já que o mesmo reconhece esse período da vida da criança de maneira padronizada e homogênea. A ideia é a de que as crianças oriundas das classes sociais dominadas são consideradas:

“[...] carentes, deficientes e inferiores na medida em que não correspondem ao padrão estabelecido; faltariam a essas crianças privadas culturalmente, determinados atributos ou conteúdo que deveriam ser nelas inculcidos”. Por esse motivo e a fim de superar as deficiências de saúde e nutrição, assim como as deficiências escolares, são oferecidas diferentes propostas no sentido de compensar tais carências. Nessa perspectiva, a pré-escola funcionaria, segundo a autora, como mola propulsora da mudança social, uma vez que possibilitaria a democratização das oportunidades educacionais.

Assim, ao elaborar projetos e modelar toda estrutura no desenvolvimento da criança, é contribuir com respeito os limites da educação com acolhimento e segurança no âmbito do período escolar. Aonde o ambiente deve ser contemplado de curiosidades, q possam reconhecer a emoção, e ter a sensibilidade do lugar seja agradável.

Ao avaliar o local que é diferente de sua casa a criança vê com outra percepção o que está ao seu redor e sente mudanças, pois já não há mais a família perto, tudo novo e que passa a ser algo que vai despertar por muitas vezes comportamentos e reações surpreendentes e outras que podem trazer sensação de abandono, isto é, sem a família.

É na educação infantil o primeiro contato da criança com o mundo exterior, fora do âmbito familiar, o que não torna a criança independente, portanto cabe ao professor cuidar e orientar a mesma. Como educador se faz necessário essa relação do sistema educacional ao qual receber a criança para que esta tenha uma formação adequada e profissional.

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica. A questão da indisciplina em salas de aula é um tema que vem mobilizando educadores, supervisores, diretores e até mesmo os pais, em relação ao comportamento destas crianças, principalmente da Educação Infantil.

Por esta ser o primeiro contato da criança com a educação formal, apesar das diversas discussões no âmbito escolar a respeito da temática, a compreensão da indisciplina ainda é pouca.

O entendimento que professores e pais têm em relação ao tema parece ser baseado num conceito tradicional de ensino, o que acaba tornando qualquer ação da criança, que não esteja de acordo com o modelo de comportamento em que a criança fique sentada e quieta, como indisciplina.

De acordo com Amora<sup>30</sup> (2009), indisciplina é a quebra de regras, está ligada sob o conceito de disciplina, em que forma um “conjunto de prescrições destinadas a manter a boa ordem”. Assim, o conceito de indisciplina assume um papel e sentido contrário ao de disciplina, que sugere a quebra de regras.

Para Lino de Macedo<sup>31</sup> (2005), o maior erro educacional é querer implantar regras como meio de disciplinar as crianças, pois a “disciplina é um trabalho de todos em sala de aula. Constrói-se a melhor forma de acordo com a necessidade”. Para o autor, a disciplina se ajusta às necessidades do momento, de tal modo que o comportamento não só da criança, mas do adulto, também vai variar e se adequar à atividade proposta e ao ambiente. Faz-se necessário, então, levar em consideração o grupo de alunos e o momento do grupo, ao se pensar a metodologia e as técnicas de ensino aplicadas.

O sucesso da superação da indisciplina nas escolas depende de um trabalho em conjunto, entre seus agentes, alunos, professores e família; no entanto, a sociedade espera que a escola resolva sozinha esse problema, o que não é possível sem a participação da família no processo educacional, já que o auxílio da família poderia amenizar as dificuldades relacionadas a indisciplina.

Ao avaliar o comportamento da criança deve considerar o ambiente e as propostas q vão se adequar conforme o adulto estabelecer para que a disciplina seja ajustada no momento.

Rego (1996)<sup>32</sup> afirma que: “o próprio conceito de indisciplina não é estático,

---

<sup>30</sup> **AMORA, A.S. Minidicionário.** Soares Amora da Língua Portuguesa. 19.ed. São Paulo: Saraiva, 2009, pág. 203.

<sup>31</sup> **MACEDO, Lino. Disciplina: conteúdo como qualquer outro.** Revista Nova Escola, São Paulo, n. 183,2005, pág. 24.

<sup>32</sup> **LA TAILLE, Y. Autoridade e limite. Jornal da Escola da Vila,** São Paulo, N. 2, 1994. *Apud.* REGO, T. C. R. **A indisciplina e o processo educativo uma análise na perspectiva vygotskiana.** In: AQUINO, J. G. (Org). **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas.** São Paulo: Summus, 1996, págs. 83 -101, pág. 84.

uniforme, nem tão pouco universal”. Assim não é, e nem pode ser considerado indisciplina todo e qualquer ato contrário às regras de um único lugar, já que as regras mudam de uma sociedade para outra, de um grupo para outro, até mesmo da escola para a casa do indivíduo.

A educação infantil, juntamente com a família é, portanto, um espaço de desenvolvimento, onde a criança constrói sua personalidade e características, em que passa a ter um segundo convívio que é a escola, onde adquire conhecimentos e novas maneiras de comportamento, para o crescimento e todo processo cognitivo.

Com isso as famílias se dedicam ao seus trabalhos e seus filhos na escola, no entendimento de algumas famílias, perfaz levar a ideia em que a escola tem por dever cumprir papel de educadores, isto é, educa-los, e deixam de exercer a paternidade como direito sobre os filhos.

A disciplina vem antes em que é aplicada pelos pais, educadores vão cumprir o seu papel de ensinar e explicar a maneira comportamental da criança. A visão que os educadores têm sobre a indisciplina é restrita, os mesmos atribuem como indisciplina qualquer comportamento inadequado, sob a maneira de avaliar o sistema educacional tradicional, pode-se assim, dizer que a falta de respeito com as autoridades escolares e rebeldia. Ainda neste contexto, qualquer “inquietação, questionamento, discordância, conversa ou desatenção por parte dos alunos” (REGO, 1996)<sup>33</sup> também é tido pelos professores como indisciplina.

Vale ressaltar, que há crianças portadoras de deficiência, outras com imperatividade, algumas por problemas auditivos e surdez, assim como crianças com algum tipo de disfunção genética, onde há inclusão se faz necessária e dever de toda criança está na escola.

No entanto, é válido ressaltar e analisar as causas para tais comportamentos, a desatenção do aluno pode ser indicativo de um problema físico (deficiência visual, ou mesmo surdez), assim como pode ser um alerta de que a aula não está sendo satisfatória para a criança ou grupo. Os educadores buscam a concentração dos alunos nas atividades propostas, através da calma, do silêncio

---

<sup>33</sup> \_\_\_\_\_. **LA TAILLE, Y. Autoridade e limite. Jornal da Escola da Vila**, São Paulo, N. 2, 1994. *Apud.* REGO, T. C. R. **A indisciplina e o processo educativo uma análise na perspectiva vygotskiana.** In: AQUINO, J. G. (Org). **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas.** São Paulo: Summus, 1996, págs. 83 -101, pág. 85.

absoluto, da postura em sala de aula e por meio da submissão.

Perfazendo assim, uma avaliação ao aluno e também a quanto ao aprendizado e a educação, e o comportamento. Diante de muitos fatores a família tem por como dever e obrigação ensinar a diferenciação escola e o lar aonde convive. Sendo que, nos ensinamentos fazer com que a criança possa compreender que o seu papel na escola é aprender e adquirir conhecimentos, para o convívio em sala de aula com outras crianças, de diferentes religiões, lugares, o meio social com culturas diferenciadas, deste modo pode-se aplicar um ensino satisfatório e assim as crianças podem aderir as regras que são estabelecidas em casa e as regras da escola.

A indisciplina infantil se ocorrer deve ser vistas sobre vários aspectos, não de culpabilidade dos pais e da escola ou até mesmo dos educadores, e sim de ambos, onde se deve instruir a criança para o convívio familiar e na educação infantil.

A indisciplina na educação infantil sob a visão com base pelos educadores as queixas frequentes são alunos ansiosos e desmotivados, alguns sem limites no comportamento com os amigos de sala de aula e com os educadores. Este tipo de comportamento deveria ser feito e ter controle pela família.

Esta falta de imposição feita pela família deixa as crianças vulneráveis para aplicar facilmente às agressões aos colegas, xingamentos, jogar lápis nos outros, cortar o cabelo e roupa do colega, rabiscar atividade do colega do lado. Por outro, estas atitudes servem como parâmetro para o crescimento de aprendizado, e de conhecimento e da aplicação das regras existentes na escola e dentro de sala de aula.

Um meio que se pode levar até a criança é aprender no dia a dia a enfrentar as novas situações, que só são possíveis a partir das novas relações. Tais relações implicam em novos comportamentos, uma vez que são situações inéditas para essas crianças e elas vão reagir da maneira que conhece, em alguns casos agredir o próximo.

**Deste modo, compete a escola “ajudar a criança a resolver as dificuldades, os conflitos que ela encontra em cada estágio de seu**

**desenvolvimento e prepará-la para a etapa seguinte” (PLACCO, 2000, p. 12). Verifica-se ainda que a falta de limites foi apontada como sendo indisciplina, o que deve se observar neste caso é se inicialmente foram estabelecidos limites de maneira clara para que estes não sejam violados.**

Muitas vezes algumas crianças vão à escola desmotivada ou com ansiedade por algo vivenciado dentro de casa. Onde alguns fatores são relevantes na escola perante aos educadores, de analisarem a situação que vivencia a criança pelo comportamento, conforme a situação o educador pode levar tal situação a coordenação da escola.

#### 4 - CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL QUANTO A INDISCIPLINA DO ALUNO

Existem inúmeras causas e consequências sobre a indisciplina na Educação Infantil que são analisadas e vistas sempre pelos educadores. Que recebem as crianças já nos primeiros instantes de início de ano letivo, que de imediato o educador já começa a explorar um pouco mais do conhecimento desta criança.

Mantém resistência diante de normas e regras da instituição, recusa em fazer as atividades e tarefas. Momentos estes da indisciplina que no ponto de vista da educação, se vê fora de cogitação de ter uma resolução, pois sempre será um desafio para a instituição e família.

A indisciplina vem se tornando uma das maiores dificuldades no desenvolvimento e aplicabilidade dos projetos educativos nas escolas e se manifesta por um indivíduo ou grupo, com um comportamento inadequado, um sinal de rebeldia, intransigência, desacato, desobediência, falta de disciplina, traduzida na falta de educação ou de respeito pelas autoridades, na bagunça ou agitação motora gerando barreiras, hiatos e perda de foco no processo de ensino e da aprendizagem.

Conforme o autor Garcia (2009)<sup>34</sup> considera a indisciplina como uma:

“[...] força de resistência e de fragmentação do projeto educativo”, que pode ser interpretada como um sinal de uma crise no sistema escolar, social e relacional, e que pode indicar a necessidade de “[...]”

---

<sup>34</sup> **GARCIA, Joe. Indisciplina e violência nas escolas: algumas questões a considerar.** Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 9, n. 28, set./dez. 2009. Págs. 511-523, pág. 514.

transformações em relação ao que estamos pensando e praticando nas escolas e de modo mais amplo, na sociedade [...]”

O primeiro ponto importante é distinguir as regras morais das convencionais e não fixá-las no mesmo nível de transgressão das regras. Um exemplo de regra moral é a mentira, de caráter inegociável, deve ter como prática de solução uma boa conversa. Desde a Educação Infantil é oportuno e indispensável o diálogo reflexivo que proporcione à criança a oportunidade de colocar-se no lugar do seu colega.

Garcia (2009)<sup>35</sup> considera a indisciplina como uma:

“[...] força de resistência e de fragmentação do projeto educativo”, que pode ser interpretada como um sinal de uma crise no sistema escolar, social e relacional, e que pode indicar a necessidade de “[...] transformações em relação ao que estamos pensando e praticando nas escolas e de modo mais amplo, na sociedade [...]”.

Para lidar de maneira justa e equilibrada com a indisciplina o professor precisa avaliar a real gravidade da transgressão de uma regra e não cometer exageros ao fazer a correção à criança, em que é possível levar o conhecimento que se tem e ao respeito pelo aluno.

O processo de aprendizagem pode variar de criança para criança, assim toda cautela e todo aprendizado que o professor deve ser transferido a criança que vai sentir toda segurança e o respeito, com isso o retorno é satisfatório, ser autoritário nas atitudes não há evolução.

É importante que os pais compareçam à escola e juntos com os professores e educadores para que possam solucionar os problemas que possam surgir, assim também desenvolver critérios educativos. E a família manter contatos periódicos com a escola para terem ciência dos fatos e assim, como o processo de evolução da criança na escola para que mantenham o interesse nos estudos e nas atividades. São fatores essenciais para o crescimento e todos os processos cognitivos.

A escola pode contatar os pais através de notificação onde os pais comparecem a escola e comunicam as atitudes da criança quanto ao seu comportamento indisciplinar para que os mesmos possam tomar providências em

---

<sup>35</sup> \_\_\_\_\_. Joe. **Indisciplina e violência nas escolas: algumas questões a considerar.** Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 9, n. 28, p. 511-523, set./dez. 2009, pág. 514.

relação ao comportamento do filho. Adiante ter o diálogo com a criança juntamente com os superiores e seguidos dos professores, e fazer com q essa indisciplina possa ser alterada de modo para fortalecimento escola e família.

Para que haja a educação é criar regras, fazer que sejam conscientes dos seus atos e que isso somente serve para evolução do seu crescimento e bem estar. Um meio mais viável para que sejam estabelecidas

## **5 - COMO CONVIVER COM A INDISCIPLINA ESCOLAR INFANTIL**

O processo de convívio como muitas vezes citadas acima numa avaliação educacional que visa buscar trajetórias as diversas situações vivenciadas pelos educadores e toda a instituição sobre o comportamento e desenvolvimento da criança e tratar sobre o tema da indisciplina escolar infantil.

Baseia-se em muitos fatos e relevantes questões de levantamentos de pesquisas dentro do sistema educacional aplicado na escola e assim como na escola onde as regras devem por si só estarem presentes para que o convívio seja amplo e pacifico na sala de aula e no lar da criança.

Toda evolução se dá através de muito trabalho pedagógico e com conhecimentos dos profissionais nesta área para saber lidar com as situações vivenciadas dia após dia, seja o meio disciplinar ou com os meios de indisciplina na escola infantil.

Pode-se assim dizer que, no entendimento estes tipos de indisciplinas escolar infantil em que a criança ainda não está adequada aos regramentos faz com que estas atitudes sejam vistas como forma de adaptação educacional, e ao mesmo tempo familiar. Vista sob o ângulo de crescimento e a formação de preparação para a sua personalidade.

Tratar a disciplina na educação infantil dentro âmbito escolar traz fundamentos ao princípios morais e a visão sob a ideia de instruir, educar, aplicar regras e seguir a disciplina aplicada em sala de aula. Com relação de afeto e de respeito, ação de reciprocidade, assim se constroem normas e assuntos que podem ser como discussão entre a sala de aula num modo de entendimento a criança.

Quanto a relação de indisciplina traz a noção que seja uma criança rebelde e sem controle, expressa desobediência, confusão e até mesmo a como a negação de uma ordem dado pelo educador e superiores.

Num dado momento que os fatos foram analisados e verificados e vistos os princípios adotados para melhor convivência da ética e a socialização entre todos e a disciplina ser vista não tão somente como regramento para ser obedecidos e sim, como convívio de respeito, união e solução em alguns casos que vierem a surgir, discutir o assunto e trazer conceitos não somente dedutivos, mas assim como exploração no assunto para desenvolver o melhor para as crianças e a sala de aula e os educadores.

Existe formas perante os educadores em sua sabedoria e dos conhecimentos adquiridos em saber lidar com essa situação para que haja o convívio entre as crianças, pois tratar a indisciplina escolar infantil, parte de processos de planejamentos e de estudo, onde a indisciplina às vezes é incerta e nem sempre complexa e nem pode ocorrer todos os dias.

Para que seja vista a disciplina em sala de aula os educadores podem avaliar conceitos e ensinamentos com didáticas fáceis de compreensão e de aulas planejadas, pode instruir através de jogos e brincadeiras elaboradas com a participação de todos.

Fazer assim o entendimento sobre respeito, o que pode fazer e o que é permitido, seguir as regras da escola e as regras de casa junto a família, ver o interesse da família em participar das reuniões e a preocupação com a criança.

A indisciplina poder servir como uma busca de recursos para aprendizagem, destacar o lado afetivo entre a família e a escola, e a frequência desta criança na instituição, o educador e todos os superiores da escola, muitas vezes requer paciência, persistência, dedicação e amor, e até mesmo solução, ou trazer ideal para ser investido para criança e a performance da escola.

O convívio para agregar a disciplina em sala de aula podem ser feitas através de aprendizados lúdicos, construir aulas envolventes e usar didáticas compreensivas e usar dinamismo e o cooperativismo entre todos, aproveitar e

analisar as crianças e fazer com que estas interagem nas elaborações que são dadas naquele momento.

Trazer para a criança com indisciplina para que seja vista de maneira perante as demais crianças um meio de socialização, mostrar que todos seguem as regras e devem ter ética de comportamento e educação, ser uma criança em assumir seus riscos e serem conscientes dos direitos e deveres perante a escola e a família.

Para enfrentar a indisciplina no ambiente escolar, é primordial entender a sua origem, aprender a ouvir as crianças e jovens que ainda são imaturos mas, que têm muito a contribuir para a compreensão da inquietude comportamental, ao qual a indisciplina acaba por atrapalhar o desenvolvimento laboral de aulas e os demais na sala de aula. A indisciplina pode ser desafiador em lidar, mas nada como algo bem elaborado e didático e de conhecimentos que podem dar muito certo.

Por meio da afetividade somada ao empenho em conscientizar os alunos dos desdobramentos que comportamentos dessa natureza podem acarretar na vida de todos, o professor amplia o sentimento de justiça, aumentando a segurança e fortalecendo o convívio harmonioso em sala de aula.

O aluno indisciplinar sofre quedas nas notas, gera desatenção de si e dos demais alunos, os conflitos podem ser constantes e a aprendizagem podem ser afetadas, o rendimento diminui muito, e o educador por si começa ter um desgaste, e todo comprometimento escolar tanto individual ou coletivo sofre dificuldades e desatenção.

Por isso, se deve ter a cautela e saber trabalhar em sala de aula para que esta situação da indisciplina não atinja todos de uma forma no geral, para que não haja a desmotivação e não prejudique o empenho escolar e nem emocional. O educador desde o início de aulas já deve ser o professor firme e ter o controle da situação para que se possa conhecer as crianças e já impor regras e limites, para melhor convivência em sala de aula, e todos cientes sobre funcionamento do ambiente escolar infantil.

Contudo, para o melhor convívio entre o educador, criança e família, é trazer o fundamental regramento e noções de comportamentos e das normas

estabelecidas que regem o espaço de convívio na escola e na casa em que se devem ser respeitadas.

Há métodos que podem serem elaborados para o melhor convívio com a criança no âmbito escolar e onde mora e superar a indisciplina, com bons hábitos, atividades e descontração, diálogos, identificar o lado emocional e afetivo e se há necessidade de uma avaliação mais profunda e tratar caso a caso separadamente e a até mesmo perante aos demais por igual.

Portanto, agir com disciplina, e com respeito, regras e formalização dos direitos e deveres que todos possuem podem ter um convívio pacífico e renovado em sala de aula, minimiza os conflitos e mantem a harmonia do ambiente.

## **CONCLUSÃO**

Ao perfazer este trabalho sobre o tema da indisciplina foram relevantes para usar de pesquisas de livros e de leituras, para buscas de mais informações de concretização para a relevância tanto deste trabalho assim como no meu laboral.

A ênfase deste tema tão pouco analisado diante de tantas situações vivenciadas dentro de sala de aula tem por si, por tratar a criança com indisciplina em relação as demais com diferenças, mas sim elaborar e elucidar mais essa questão sobre o convívio da indisciplina na educação infantil.

Trazer para dentro de sala de aula elaborações que podem ser desenvolvidas entre todos com os meios que existem na escola, como os meios tecnológicos que cativam as crianças, para a elaboração de jogos e de brincadeiras educativas e criativas.

Explorar os recursos que possuem e diversificar as atividades nas práticas e coletivas, ir de encontro a imensidão de recursos existentes, e até mesmo com as crianças fazer planejamentos de palestras, teatros, meios que os pais podem ir à escola ver a criança que antes considerada indisciplinar apresentar que é possível dedicar e aprender as regras e ter os direitos e deveres perante todos e em todos âmbito que estiverem e ter a formação de desenvolvimento equilibrado com respeito amor e carinho.

Assim sendo, é essencial que escola e professor se aproximem das crianças para saber mais sobre sua vida pessoal e, assim, poder encontrar um caminho para ajudá-los a lidar com determinadas dificuldades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**AMORA, A.S. Minidicionário.** Soares Amora da Língua Portuguesa. 19.ed. São Paulo: Saraiva, 2009, pág. 203.

**BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil.** Lei Federal de 05/10/1988. Brasília: Senado Federal, 2000.

**BRASIL.** Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: **Educação é a base.** 2017.

Disponível:[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category\\_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192%3E](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192%3E). Acesso em: 22 out. 2020, pág. 32

**BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica.** Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. **Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 18. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category\\_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 20 nov. 2020.

**BRASIL.** Emenda constitucional n. 59, de 11 de novembro de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, 12 de novembro de 2009, Seção 1, p. 8. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm)>. Acesso em: 24 nov. 2020

\_\_\_\_\_. **Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica.** Parecer nº 11, de 7 de julho de 2010. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.** Diário Oficial da União, Brasília, 9 de dezembro de 2010, Seção 1, p. 28. Disponível em: Acesso em: 05/08/2021.

**BRAZELTON, T. Berry. O Grande Livro da Criança – o desenvolvimento emocional e do comportamento durante os primeiros anos.** (9ª Edição). Lisboa: Editorial Presença, 2006, pág. 157

**CUNHA, Lole da. “A revolução dos bebês – aspectos de como as emoções esculpem o cérebro e geram os comportamentos no período pré e perinatal”.** Trabalho publicado na *Revista Psicanalítica da SPRJ*, vol. II n. 1 – 2001, p. 10.M. Teresa V. de Carvalho

**DIDONET, Vital. Creche: a que veio, para onde vai.** 2001, apud PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. **A História da Educação Infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional.** Revista HISTEDBR Online, Campinas, v. 9, n. 33, p. 78-95, mar. 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639555>. Acesso em: 24 nov. 2020

**DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira. Limites à educação básica: expansão do atendimento e relação federativa.** In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 22. 1999, Caxambu, MG. Anais. Rio de Janeiro, pág.7.

**FILHO, Melo Álvaro. Direito Educacional: aspectos teóricos e práticos.** In mensagem. Fortaleza, nº 8 (nº especial sobre Direito Educacional), pág. 12.

**FONTE:** PORTAL MEC, pág. 23, **Ministério da Educação (Base Nacional comum)** [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category\\_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192)

Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** 1990. Disponível <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 22 out.2020.

**GARCIA, Joe. Indisciplina e violência nas escolas: algumas questões a considerar.** Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 9, n. 28, set./dez. 2009. Págs. 511-523, pág. 514.  
\_\_\_\_\_. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 22 out. 2020.

**KRAMER, Sonia. A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995

**LA TAILLE, Y. Autoridade e limite. Jornal da Escola da Vila, São Paulo, N. 2, 1994.** Apud. REGO, T. C. R. **A indisciplina e o processo educativo uma análise na perspectiva vygotskiana.** In: AQUINO, J. G. (Org). **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas.** São Paulo: Summus, 1996, págs. 83 -101, pág. 84.

\_\_\_\_\_. **LA TAILLE, Y. Autoridade e limite. Jornal da Escola da Vila, São Paulo, N. 2, 1994.** Apud. REGO, T. C. R. **A indisciplina e o processo educativo uma análise na perspectiva vygotskiana.** In: AQUINO, J. G. (Org). **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas.** São Paulo: Summus, 1996, págs. 83 -101, pág. 85.

**LUCKESI, Cipriano Carlos. O papel da didática na formação do educador.** São Paulo: Cortez, 2001

**MACEDO, Lino. Disciplina: conteúdo como qualquer outro.** Revista Nova Escola, São Paulo, n. 183, 2005, pág. 24.

**MARTINS, Ângela Maria. Autonomia na escola: a (ex) tensão do tema das políticas**

**públicas.** São Paulo: Cortez, 2002, s/pág.

**MATTA, Isabel. Psicologia do desenvolvimento e aprendizagem.** Lisboa: Universidade Aberta, 2001, pág 125.

**PAPALIA; Diana; OLDS, Sally Wendkos; FELDMAN, Ruth Duskin. O mundo da criança.** 8.ª edição. Lisboa: McGraw-Hill, 2001, s/pág.

**PASCHOAL, J. D.; MACHADO, M. C. G. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 9, n. 33, p. 78-95, 2012. DOI: 10.20396/rho.v9i33.8639555. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639555>. Acesso em: 22 nov. 2020.

**PASCHOAL, Jaqueline Delgado e MACHADO, Maria Cristina Gomes. A História da Educação Infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional.** Revista HISTEDBR Online. Campinas, SP. n.33, p.78-95. mar.2009. ISSN: 1676-2584.

**PIMENTA, SELMA GARRIDO et al. A construção da didática no GT Didática–análise de seus referenciais.** Revista Brasileira de Educação, v. 18, n. 52, pág 150, 2013

**PORTUGAL, Gabriela. Desenvolvimento e aprendizagem na infância.** In: CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (org.). **Relatório do estudo – A educação das crianças dos 0 aos 12 anos.** Lisboa: Ministério da Educação, 2009, pág. 07.

\_\_\_\_\_. **PORTUGAL, Gabriela. Desenvolvimento e aprendizagem na infância.** In: CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (org.). **Relatório do estudo – A educação das crianças dos 0 aos 12 anos.** Lisboa: Ministério da Educação, 2009, pág. 07.

**PORTUGAL, Gabriela. Finalidades e práticas educativas em creche: das relações, actividades e organização dos espaços ao currículo na creche.** Porto: Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, 2012, pág.13.

**TAVARES, José et al. Manual de psicologia do desenvolvimento e aprendizagem.** Porto: Porto Editora, 2007, s/pág.